

DIAGNÓSTICO 2025

MOSAICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS



Pesquisa realizada pela Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas (REMAP), consolidado em novembro de 2025

Realização:



FICHA TÉCNICA

Coordenação da REMAP 2025

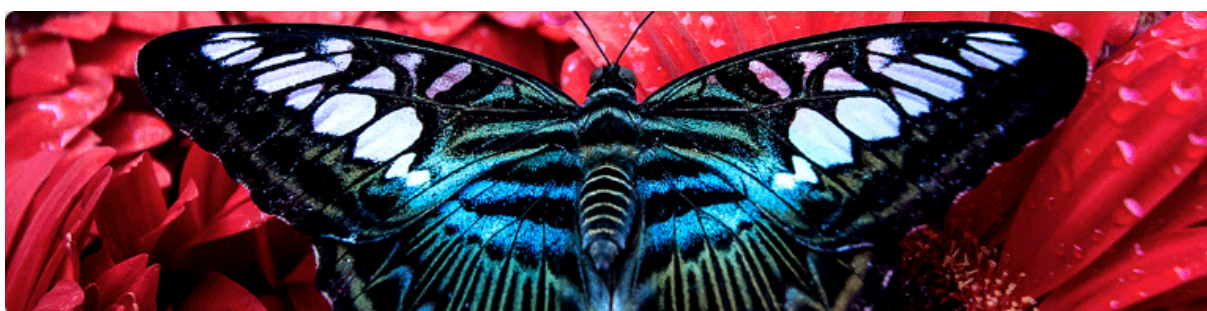
Aline Gonçalves
Aurenilde Aires dos Santos
Damiana Campo
Décio Yokota
Eliane Soares
Guilherme Fernandes
João Guilherme Nunes Cruz
Lígia Zanco
Marcia Lederman
Marcos Pinheiro
Maria Heloísa Dias
Ronaldo Freitas Oliveira
Thais Moreno Soares

Consultoria, Facilitação e Documentação



Marcos Roberto Pinheiro
PINS – Planejamento e Gestão
Integrando Natureza e Sociedade

Novembro de 2025



Sumário

1. Apresentação	4
2. Contexto geral	5
2.1. Breve histórico da implementação dos mosaicos	5
2.2. Atual panorama da implementação dos mosaicos	7
3. Diagnóstico da gestão dos mosaicos	10
3.1. Perfil dos participantes da enquete	10
3.1.1. Mosaicos representados	10
3.1.2. Tipos de instituições representadas.....	11
3.1.3. Tipos de envolvimento no Mosaico	11
3.2. Funcionamento do conselho	11
3.2.1. Conselhos em funcionamento.....	12
3.1.2. Conselhos em retomada	13
3.1.3. Conselhos não funcionais ou desativados.....	14
3.1.4. Síntese Analítica	14
3.1.5. Outras informação do funcionamento do conselho	16
3.3. Planejamento, resultados e metas dos mosaicos ativos	17
3.4. Necessidade de ajustes na portaria de reconhecimento do mosaico	19
3.5. Recomendações para a REMAP	20
4. Diagnóstico da percepção sobre os mosaicos	22
4.1. Perfil dos participantes da enquete	22
4.1.1. Participantes por Mosaico.....	22
4.1.2. Instituições dos participantes	23
4.1.3. Tempo de envolvimento com o Mosaico	23
4.1.4. Segmentos dos participantes	23
4.2. Percepções positivas: principais pontos do funcionamento ou da atuação dos Mosaicos	24
4.3. Desafios e dificuldades: principais desafios ou dificuldades enfrentados pelo Mosaico	25
4.4. Recomendações para a presidência e à secretaria executiva do Mosaico para fortalecerem sua atuação	26
4.5. Recomendações para à REMAP	27
5. Considerações finais	29
3. Anexo	30

1. Apresentação

A criação dos Mosaicos de Áreas Protegidas, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000) e regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002, representa um avanço fundamental na consolidação da gestão integrada e participativa do território. Em seu Artigo 26, a Lei estabelece que, quando um conjunto de unidades de conservação e outras áreas protegidas — públicas ou privadas — se encontram próximas, justapostas ou sobrepostas, formando um mosaico, sua gestão deve ocorrer de forma articulada. Essa diretriz busca harmonizar distintos objetivos de conservação, promover a valorização sociocultural e orientar o desenvolvimento sustentável em escala regional.

Nesse contexto, os mosaicos se consolidam como instrumentos estratégicos de planejamento territorial, especialmente pela possibilidade de se articular múltiplos atores, integrar políticas públicas, promover conectividade ecológica e fortalecer identidades territoriais. Como evidenciado por Pinheiro *et al.* (2010¹), os mosaicos cumprem um papel essencial ao: fortalecer a gestão integrada das áreas protegidas; ampliar a conectividade física e funcional dos ecossistemas; constituir espaços legítimos de governança e incidência política; contribuir para o ordenamento e o desenvolvimento territorial sustentável; mediar conflitos socioambientais; e aumentar a capacidade operacional do conjunto de áreas que os integram.

O principal mecanismo de governança dos mosaicos são seus conselhos. Esses colegiados representam o espaço central de diálogo, negociação, cooperação e construção conjunta de soluções para os desafios socioambientais presentes nos territórios. É no âmbito dos conselhos que se discutem políticas públicas, se planeja a gestão integrada e se fortalecem redes locais de colaboração entre órgãos gestores, comunidades tradicionais, movimentos sociais, instituições de pesquisa e demais atores envolvidos. Trata-se, portanto, de uma instância estratégica para a efetividade dos objetivos de conservação e para a materialização de ações que extrapolam os limites individuais das unidades de conservação.

Com o intuito de promover o intercâmbio de experiências, articular boas práticas e fortalecer esse instrumento de gestão territorial, foi criada, em 15 de março de 2011, a Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas (REMAP), por meio da Carta de Teresópolis. Desde então, a REMAP tem atuado como um elo fundamental entre gestores, conselheiros e instituições, organizando eventos, encontros e formações que visam apoiar e aprimorar a implementação dos mosaicos em âmbito nacional.

O presente diagnóstico surge nesse contexto como uma iniciativa estratégica da REMAP para compreender, com profundidade técnica, o estágio atual de implementação dos mosaicos de Áreas Protegidas no Brasil. Este estudo tem como objetivo sistematizar informações, identificar potencialidades e desafios, e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da governança territorial. Os resultados serão apresentados durante a COP 30, contribuindo para ampliar a visibilidade e o reconhecimento dos mosaicos como instrumentos centrais de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável.

Para sua elaboração, foram aplicados dois questionários complementares: um destinado a presidentes, secretarias executivas e pontos focais da REMAP — voltado à coleta de informações técnicas sobre o funcionamento dos conselhos, processos decisórios, estrutura de gestão, planejamento e arcabouço institucional — e outro voltado a conselheiros e atores diretamente envolvidos na implementação territorial, com foco em percepções, experiências e desafios cotidianos. A integração dessas duas perspectivas permite uma análise mais ampla e qualificada da realidade dos mosaicos.

A REMAP agradece profundamente a cada pessoa que contribuiu com informações, reflexões e percepções. Este diagnóstico só é possível graças ao envolvimento, compromisso e dedicação de todos que, diariamente, trabalham para fortalecer os Mosaicos de Áreas Protegidas como instrumentos vivos de governança socioambiental no país.

¹ PINHEIRO, MARCOS R. *Et al.* Recomendações para o reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas. Brasília, DF: GTZ. 2010.

2. Contexto geral

2.1. Breve histórico da implementação dos mosaicos

Em 2002, depois da regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, ocorreu um processo de mobilização e colaboração de diversas instituições governamentais e não governamentais para aperfeiçoar e consolidar a base conceitual e as estratégias de implementação de mosaicos de áreas protegidas abordadas pelo SNUC. No mesmo ano, o Estado do Pará criou o primeiro mosaico do Brasil, o Mosaico do Lago de Tucuruí. Em seguida, em 2005, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por portaria, estabeleceu o Mosaico e Corredor Ecológico das Serras da Capivara e Confusão, no Piauí.

Em 2006, um conjunto de mosaicos foram reconhecidos pelo MMA e pelo Estado de São Paulo, frutos dos investimentos em diversos projetos, cooperação técnica internacional e parceiros na Mata Atlântica, como os mosaicos Lagamar (SP/PR), Bocaina (SP/RJ), Central Fluminense (RJ), Serra da Mantiqueira (SP/RJ/MG) e o mosaico estadual Juréia-Itatinga (SP). Em seguida, o estado de Minas Gerais reconheceu o Mosaico da Serra de São José (2007) e o estado de São Paulo reconheceu o Mosaico Jacupiranga e o Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista, ambos em 2008.

Na mesma época, o edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA 01/2005) e principalmente o Plano Nacional de Áreas Protegidas, Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 reforçaram o entendimento de que o instrumento de mosaicos deveria envolver não só unidades de conservação, mas outras áreas protegidas, nomeadamente, terras indígenas e quilombolas. Infelizmente essa visão mais inclusiva da conservação, que também incluía um olhar especial para as comunidades tradicionais residentes dentro de unidades de conservação foi logo revertida na próxima gestão.

Em 2009-10 um outro conjunto expressivo de mosaicos foram reconhecidos, desta vez impulsionados pelo edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA 01/2005), que gerou os Mosaicos Sertão Veredas Peruaçu (MG/ BA), Baixo Rio Negro (AM) e Extremo Sul da Bahia (BA). Já os Mosaicos da Serra do Espinhaço – Jequitinhonha Cabral (MG), Mico-Leão-Dourado (RJ) e Foz do Rio Doce (ES) foram impulsionados por arranjos financeiros locais. Além disso, o Amazonas criou o Mosaico Apuí e o Espírito Santo, o Mosaico Manguezal da Baía de Vitória. Ainda em 2011-12, havia um contexto político e financeiro favorável para os mosaicos, quando o MMA reconheceu outros dois Mosaicos, o Carioca (RJ) e o da Amazônia Meridional (AM/RO/MT); e o Estado de São Paulo reconheceu o Mosaico de Paranapiacaba. Esse período de grande profusão dos mosaicos, da gestão integrada e participativa, culminou com a publicação da Portaria MMA N. 482, de 14 de dezembro de 2010, que definiu os procedimentos internos para reconhecimento de mosaicos, importante base legal deste instrumento.

Durante o período de janeiro de 2013 a maio de 2016, perdurou outra orientação política do MMA voltada aos mosaicos e a temática deixou de ser prioritária e passou a ser dificultada a participação de técnicos e parceiros na implementação desta agenda. Dentre as causas desta reorientação político-institucional pode-se destacar o posicionamento crítico de conselhos de mosaicos frente a obras prioritárias do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), implementado pelo governo federal, denunciando impactos ambientais graves sobre a conservação da biodiversidade e a sobrevivência de povos e comunidades tradicionais nos processos decorrentes de tais empreendimentos (Coelho, 2017²). Como consequência, ocorreu o redirecionamento de fundos estrangeiros e de cooperação técnica para outros temas no território e para os biomas Amazônia e Cerrado, levando à falta de recursos humanos e financeiros nos mosaicos, principalmente na Mata Atlântica, especialmente aqueles advindos de projetos governamentais. Além disso, em 2013, o ICMBio fechou a Divisão de Mosaicos e Corredores Ecológicos, que era o *locus* de gestão no instituto.

² COELHO, BRENO H. S. Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Contudo, apesar desse cenário, surpreendentemente em 03 de janeiro de 2013, o MMA assinou e publicou a Portaria No. 4, reconhecendo o primeiro mosaico que incluiu formalmente Terras Indígenas na portaria. Nesse sentido, o Mosaico do Oeste do Amapá e Norte do Pará, conhecido como Mosaico da Amazônia Oriental, também é fruto de projeto aprovado no edital FNMA 01/2005, e deveria ter sido reconhecido com os outros mosaicos frutos desse edital em 2009-10, mas durante oito anos buscou justificar junto a nova gestão, avessa a aproximação da gestão das unidades de conservação a outras áreas protegidas, a inclusão das Terras Indígena Wajãpi, do Parque Indígena do Tumucumaque e Rio Paru d'Este no processo de gestão integrada e participativa do conjunto de áreas protegidas. O reconhecimento deste mosaico foi uma conquista e um marco para os movimentos ambientalista, indígena e indigenista, mostrando que é possível construir uma agenda positiva entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas para que o debate avance além dos processos de sobreposição.

Outro aspecto que levou na época ao enfraquecimento das atividades dos mosaicos, em especial na Mata Atlântica, um momento que se demandava a consolidação do instrumento, foi a retirada do apoio político e a redução de recursos financeiros de organizações governamentais e não governamentais para o reconhecimento e a implementação de mosaicos. Sem o apoio de órgãos gestores de áreas protegidas e, até por consequência, a diminuição da participação técnica e dos recursos de ONGs parceiras, as secretarias executivas e os conselhos de mosaicos foram sendo enfraquecidos e esvaziados, deixando aos poucos de funcionar, entrando em “hibernação”, o que pôde ser claramente percebido, nos Mosaicos do Extremo Sul da Bahia, Bocaina e Lagamar, de iniciativa federal, e que refletiu de certa forma nos mosaicos de iniciativas estaduais.

Outro impacto deste período de uma política contrária à gestão integrada de áreas protegidas foi a exclusão do instrumento “mosaico” nos eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI, instituída pelo Decreto Nº 7.747, de 5 de Junho de 2012), em especial no eixo três, intitulado “áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas”. A REMAP contribuiu com os conteúdos desse eixo nas versões anteriores, que foram vetados pelo MMA na versão final³.

Ainda sobre esse aspecto, vale destacar o Edital 4. “Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI) do Projeto ARPA, lançado em 2014, com o objetivo de fomentar a criação de mosaicos de áreas protegidas com a presença de Terras Indígenas, que em certa medida faz parte das tentativas de incorporação mais robusta dos povos indígenas na discussão, muito a partir do amadurecimento dos coletivos ambientalistas quanto à importância e o papel dos povos indígenas – e por conseguinte, de outros coletivos humanos -, na conservação ambiental e manutenção dos serviços ecossistêmicos dos seus territórios originários.

Com a mudança de interlocutores no governo federal e a retomada das tratativas da REMAP com o MMA, em maio de 2016, um conjunto de demandas reprimidas pela antiga gestão do ministério foram retomadas e o instrumento dos mosaicos voltou a ser priorizado. Como resultado desta retomada, houve o reconhecimento do Mosaico do Jalapão (TO/BA), cujo processo de reconhecimento ficou parado por 3 anos esperando um momento político favorável. Logo em seguida, em 2018, foram reconhecidos outros dois Mosaicos na Serra do Espinhaço: o da Serra do Cipó e do Quadrilátero Ferrífero, ambos em Minas Gerais.

No entanto, no período entre 2019-2022, o Brasil enfrentou uma série de retrocessos socioambientais sem precedentes. O Decreto nº9.759, de 11 de abril de 2019 foi um marco nesse processo de desmonte e ficou conhecido como “revogação da participação”, afetando diretamente os conselhos dos mosaicos (Pinheiro et al, 2022). Durante esse período nenhum mosaico foi reconhecido e muitos entraram em o que foi chamado de “hibernação”.

³ O texto final da PNGATI acabou por abrigar ao tema, um item genérico e reduzido às situações de sobreposição entre TIs e UCs (e não à variabilidade das interfaces entre essas categorias), aqui reproduzido: III – eixo 3, item b) elaborar e implementar, com a participação dos povos indígenas e da FUNAI, planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação, garantida a gestão pelo órgão ambiental e respeitado os usos, costumes e tradições dos povos indígenas.

2.2. Atual panorama da implementação dos mosaicos

Em 2023, com a renovação da gestão pública federal, a REMAP realizou uma visita à nova Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente para reativar a agenda dos mosaicos, que se encontrava paralisada. Como encaminhamento desse encontro, definiu-se a realização de um novo Encontro Nacional dos Mosaicos.

Entretanto, diante de dificuldades políticas e operacionais — sobretudo em função das negociações em curso entre servidores do ICMBio e o Governo Federal — a coordenação da REMAP, em diálogo com parceiros governamentais e não governamentais e com gestores de áreas protegidas, decidiu adiar o III Workshop Nacional dos Mosaicos de Áreas Protegidas, inicialmente previsto para agosto de 2024. Como alternativa, estruturou-se uma agenda de reuniões estratégicas com órgãos essenciais ao reconhecimento e à implementação dos mosaicos, incluindo aqueles compostos por Terras Indígenas (TIs) e Territórios Quilombolas (TQs). Essas reuniões envolveram:

- ICMBio e Departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA)– discussão sobre nova data do Encontro Nacional, fomento para mosaicos na Amazônia e diretrizes internas;
- Ministério dos Povos Indígenas (MPI) – estratégias para fortalecer a integração entre áreas protegidas e TIs;
- FUNAI – alinhamento institucional para fortalecimento dos mosaicos com TIs;
- Ministério da Igualdade Racial (MIR) – articulação para incluir TQs de forma qualificada nos processos;
- Procuradoria do ICMBio – debate sobre a regulamentação de mosaicos com TIs e TQs e seus desafios jurídicos;
- Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio/MMA), DAP/MMA e Departamento de Gestão Territorial Integrada (DGTI/ICMBio) – avanços na política federal de mosaicos.

O III Workshop Nacional de Mosaicos de Áreas Protegidas ocorreu entre 18 e 20 de fevereiro de 2025, no Auditório Rômulo Mello, sede do ICMBio, em Brasília/DF. O evento reuniu 213 participantes presenciais e cerca de 400 inscritos para participação virtual, demonstrando a relevância crescente do tema. Estiveram presentes gestores públicos, lideranças indígenas, comunidades tradicionais, pesquisadores, técnicos, representantes de municípios, estados e órgãos federais, além de organizações da sociedade civil de todas as regiões do país e dos principais biomas — Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica.

O Workshop teve como foco o fortalecimento das políticas públicas de gestão integrada dos mosaicos, consolidando-os como instrumentos efetivos de governança territorial. As discussões reforçaram o papel estratégico da REMAP, criada em 2011, na articulação de atores e no apoio à implementação dos mosaicos, promovendo integração entre conservação da biodiversidade e qualidade de vida das populações locais. O encontro consolidou avanços, estimulou a troca de experiências e contribuiu para construir um modelo mais eficiente e inclusivo de gestão das áreas protegidas no país.

Um dos pontos altos foi a assinatura da portaria de reconhecimento do Mosaico do Baixo Rio Madeira, em ato solene presidido pela ministra Marina Silva, com testemunho da ministra Sonia Guajajara. O mosaico reúne cinco unidades de conservação estaduais (RDS Rio Amapá, RDS Rio Madeira, RDS Matupiri, RDS Igapó-Açu, Parque Estadual Matupiri), uma federal (RESEX Lago do Capanã Grande) e duas Terras Indígenas (TI Cunhã-Sapucaia e TI Arary) (Figura 1).

Na sequência, durante o evento de comemoração dos 25 anos do SNUC, realizado dia 16 de julho, na Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi reconhecido o Mosaico do Gurupi, notável por sua estrutura singular: uma unidade de conservação associada a seis Terras Indígenas. Esse reconhecimento reforça a integração entre conservação ambiental e proteção territorial de povos originários, configurando um marco na política nacional de mosaicos (Figura 2).

Atualmente, segundo a REMAP (2025), o Brasil possui 28 mosaicos reconhecidos, sendo 19 federais e nove estaduais (Anexo 1). Quanto à distribuição por bioma, são oito na Amazônia, quatro no Cerrado, dois na Caatinga e quinze na Mata Atlântica, sem registros até o momento nos biomas Pantanal e Pampa (Figuras 3 e 4).



Figura 1. Reconhecimento do Mosaico do Baixo Rio Negro pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em 20 de fevereiro de 2025, durante o III Workshop Nacional de Mosaicos de Áreas Protegidas, realizado na sede do ICMBio, em Brasília.



Figura 2. Reconhecimento do Mosaico Gurupi pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em julho de 2025 durante a celebração dos 25 anos do SNUC, em Brasília.

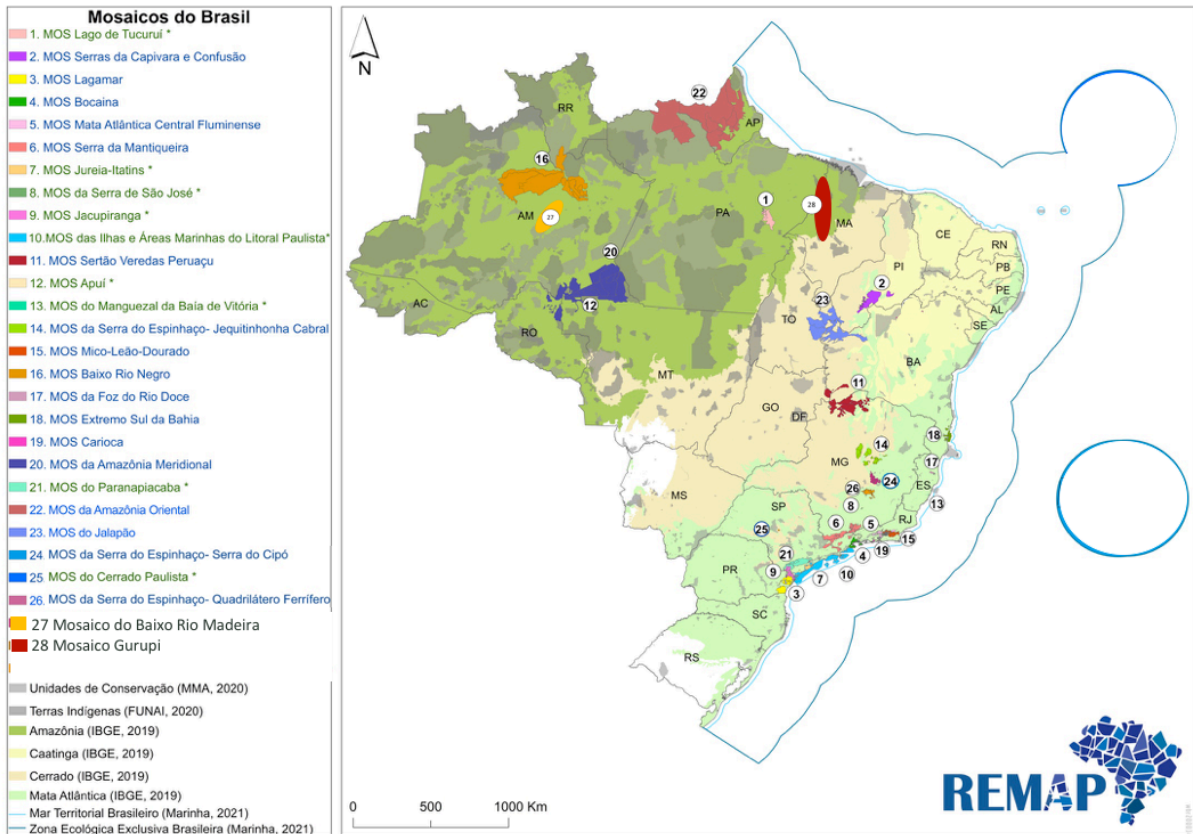


Figura 3. Localização dos Mosaicos de Áreas Protegidas do Brasil, referenciados em ordem cronológica (Fonte: REMAP, 2025).

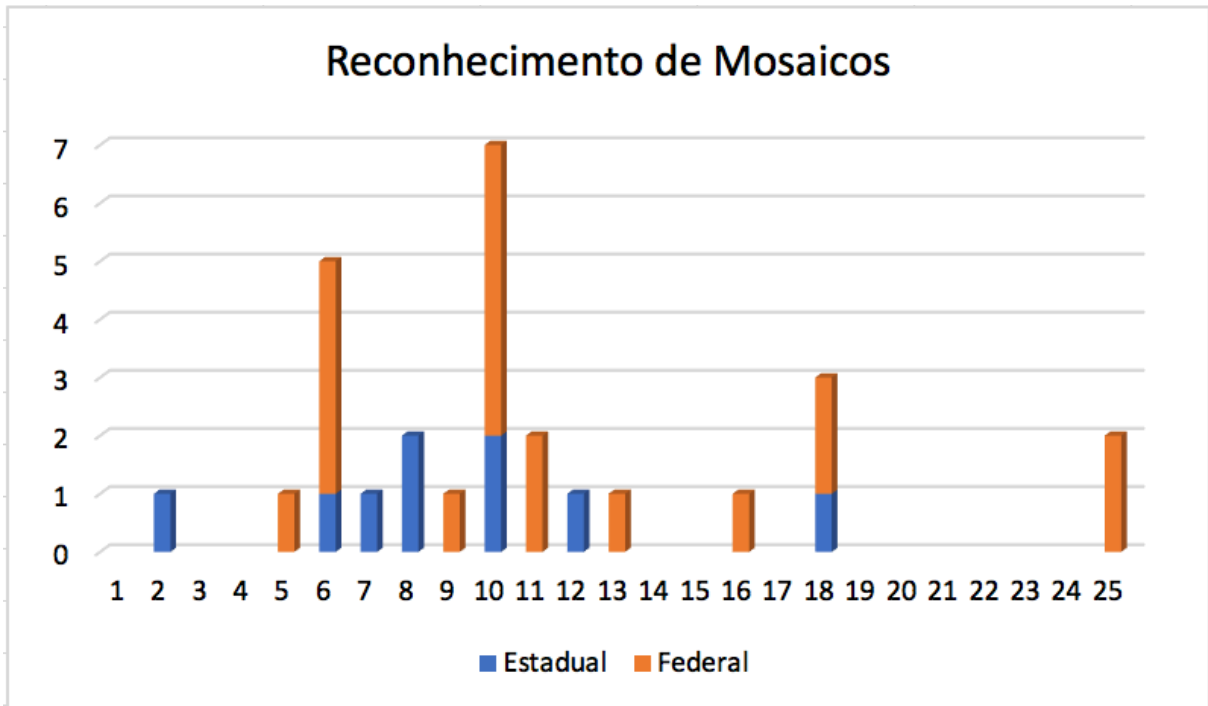


Figura 4. Número de Mosaicos de Áreas Protegidas reconhecidos pelas esferas federal e estadual, (Fonte: REMAP, 2025).

3. Diagnóstico da gestão dos mosaicos

Esta sistematização reúne a análise das informações fornecidas por presidentes, vice-presidentes, secretarias executivas e pontos focais dos Mosaicos de Áreas Protegidas que integram a Rede de Mosaicos (REMAP). Seu objetivo é construir um diagnóstico técnico e atualizado sobre as condições de implementação dos mosaicos no país, considerando aspectos estruturais, institucionais, operacionais e de governança. Ao trazer a perspectiva dos responsáveis diretos pela condução dos conselhos e pela coordenação dos processos internos, o estudo permite identificar avanços, fragilidades, potencialidades e necessidades de apoio para o fortalecimento desse instrumento de gestão territorial integrada.

A partir das respostas coletadas, esta análise busca compreender como os mosaicos têm estruturado seus conselhos, planejamentos e agendas de trabalho; quais são os desafios enfrentados na manutenção de suas atividades; e de que forma recursos, estruturas de funcionamento, mecanismos de participação e instrumentos normativos influenciam o desempenho e a continuidade da governança. O documento também apresenta uma leitura crítica sobre a situação atual das portarias de reconhecimento, sobre as estratégias de planejamento já adotadas e sobre as demandas emergentes para aprimorar a articulação entre os diferentes atores envolvidos.

Ao organizar essas informações, a sistematização pretende subsidiar a REMAP e os organismos gestores de áreas protegidas na formulação de estratégias de apoio institucional, capacitação, mobilização e incidência política, contribuindo para fortalecer a implementação dos mosaicos, ampliar sua efetividade e consolidar a gestão integrada de territórios complexos e socialmente diversos. Trata-se, portanto, de um instrumento orientado para tomada de decisão, planejamento estratégico e aprimoramento contínuo da governança em mosaicos de áreas protegidas no Brasil.

3.1. Perfil dos participantes da enquete

A pesquisa contou com representantes de 16 mosaicos diferentes (Anexo 2), abrangendo todas as regiões do país e incluindo tanto mosaicos ativos quanto alguns em processo de remobilização. A diversidade territorial e institucional reforça a amplitude da REMAP e a multiplicidade de realidades em que a gestão em mosaicos está inserida.

3.1.1. Mosaicos representados

Os participantes declararam atuação nos seguintes mosaicos:

- Mosaico do Jalapão
- Mosaico da Amazônia Meridional
- Mosaico Espinhaço: Alto Jequitinhonha / Serra do Cabral
- Mosaico do Baixo Rio Negro
- Mosaico Gurupi
- Mosaico Carioca
- Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES)
- Mosaico Mico-leão-dourado
- Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense
- Mosaico Bocaina
- Mosaico da Mantiqueira
- Mosaico de UCs Lago de Tucuruí
- Mosaico Sertão Veredas–Peraçu
- Mosaico de Apuí
- Mosaico da Amazônia Oriental

Há, portanto, uma representação que abrange mosaicos ativos, em reorganização e desativados, refletindo diferentes níveis de maturidade e desafios institucionais.

3.1.2. Tipos de instituições representadas

As instituições às quais os participantes estão vinculados agrupam-se principalmente em quatro categorias:

- a) Órgãos públicos ambientais (federais, estaduais e municipais). Exemplos: ICMBio, Secretarias Municipais de Meio Ambiente (Manaus, Rio de Janeiro, Caçapava), SEMA AM, IDEFLOR-Bio, entre outros.
- b) Organizações da sociedade civil: Incluindo associações comunitárias, organizações de base territorial e ONGs nacionais.
- c) Universidades e instituições de pesquisa. Ex.: UFRJ.
- d) Lideranças comunitárias e indígenas. Ex.: Associações indígenas territoriais, Organizações comunitárias vinculadas a territórios de povos e comunidades tradicionais

Esse conjunto demonstra que os mosaicos contam com uma governança plural, reunindo Estado, ciência, sociedade civil organizada e comunidades do território — uma marca essencial da Política Nacional de Áreas Protegidas.

3.1.3. Tipos de envolvimento no Mosaico

Os cargos e funções declarados revelam três grandes perfis de atuação:

- a) Liderança formal da governança. Inclui: Presidentes(as) de conselho, secretários(as) executivos(as), coordenadores(as) gerais e gerentes de unidades de conservação. Esses participantes representam a linha de frente da condução dos mosaicos.
- b) Representação institucional ou técnica. Inclui: Conselheiros(as), representantes de OSCs no conselho, pontos focais da REMAP, pesquisadores(as) vinculados à academia e gerentes e analistas de órgãos ambientais. Esse grupo compõe o núcleo técnico-operacional de apoio à gestão territorial.
- c) Participação comunitária e tradicional. Inclui: Associações indígenas, associações comunitárias e representantes de povos e comunidades tradicionais. Esse segmento evidencia a presença de atores territoriais diretamente afetados pelas políticas de conservação.

3.2. Funcionamento do conselho

A análise das respostas fornecidas pelos representantes dos mosaicos permite observar um cenário marcado por grande heterogeneidade no funcionamento dos conselhos. Há mosaicos com governança estável e agenda regular, enquanto outros se encontram desativados, em processo de retomada ou enfrentam fragilidades estruturais que impedem o pleno funcionamento. Para o estudo desse componente, os mosaicos que não participaram da enquête, seus representantes foram procurados pessoalmente para estabelecer um quadro mais detalhado

De forma geral, 13 mosaicos estão ativos, com reuniões recentes e agendas previstas, enquanto 2 estão em remobilização, 11 mosaicos permanecem desativados ou com funcionamento interrompido, alguns há mais de um década; 2 embora contactados, não conseguimos, a tempo do fechamento deste trabalho informações (mosaicos de iniciativas estaduais de São Paulo). Os principais fatores associados à descontinuidade incluem: ausência de liderança estruturada, desmobilização pós-pandemia, mudanças políticas e administrativas, falta de recursos e encerramento de projetos que garantiam secretariado ou logística de governança.

A seguir, apresenta-se uma síntese analítica por mosaico.

3.2.1. Conselhos em funcionamento

Entre os mosaicos com conselhos ativos, destacam-se aqueles que apresentam histórico sólido de governança, como o Mosaico do Baixo Rio Negro, que já realizou 34 reuniões, e o Mosaico Carioca, com 41 reuniões, além do Mosaico da Mantiqueira, que se sobressai como um dos mais consolidados ao registrar 64 encontros desde seu reconhecimento. Esses mosaicos mantêm agendas claras, com reuniões recentes e próximas já agendadas, evidenciando continuidade e estabilidade na articulação entre instituições e comunidades.

Outros mosaicos também em atividade, como o Sertão Veredas-Peruaçu, Apuí e Mata Atlântica Central Fluminense, apresentam funcionamento regular, ainda que com níveis distintos de institucionalização. Já o Mosaico de Tucuruí e parte das respostas referentes ao Mosaico Gurupi indicam uma fase de consolidação, com poucas reuniões realizadas ou com novas estruturas em organização. O Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha/Serra do Cabral ficou inativo durante a pandemia (2019-2013) e retomou suas atividades em 2024, com a posse de novos conselheiros.

Mosaico do Baixo Rio Negro

- Status: Ativo
- Última reunião: 23-25/07/2025
- Próxima reunião: 10-12/12/2025
- Histórico: 34 reuniões já realizadas
- Observação: É um dos mosaicos mais consolidados, com agenda clara e continuidade institucional.

Mosaico Gurupi

- Status: Ativo
- Últimas reuniões registradas: 04-06/02/2025 e 10/02/2025
- Próximas reuniões: 06-10/10/2025
- Histórico: Foram 8 reuniões realizadas antes do reconhecimento, contudo a reunião de outubro foi “a primeira”, com posse do primeiro conselho.

Mosaico Carioca

- Status: Ativo
- Penúltima reunião: 12/06/2025
- Última reunião: 18/09/2025
- Histórico: 41 reuniões
- Observação: Um dos mosaicos mais maduros do país.

Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense

- Status: Ativo
- Penúltima reunião: 17/06/2025
- Última reunião: 11/09/2025
- Histórico: Informação não disponível, mas descrito como “muitas reuniões”.

Mosaico da Mantiqueira

- Status: Ativo
- Última reunião: 14/08/2025
- Próxima reunião: 27/11/2025
- Histórico: 64 reuniões
- Observação: É o mosaico com maior número de reuniões registradas, indicador de governança consolidada.

Mosaico do Lago de Tucuruí

- Status: Ativo

- Última reunião: 31/07/2025
- Próxima reunião: 03/11/2025
- Histórico: 4 reuniões
- Observação: Mosaico jovem e ainda em processo de consolidação.

Mosaico Sertão Veredas–Peruaçu

- Status: Ativo
- Última reunião: 27/08/2025
- Próxima reunião: Última semana de novembro/2025
- Histórico: 50 reuniões
- Observação: Um dos conselhos mais antigos e estáveis.

Mosaico de Apuí

- Status: Ativo
- Última reunião: Maio/2025
- Próxima reunião: 02/12/2025
- Histórico: 21 reuniões
- Observação: Governança consistente apesar dos desafios amazônicos.

Mosaico da Amazônia Oriental

- Status: Ativo
- Última reunião: Junho/2025
- Próxima reunião: 09/12/2025
- Histórico: 22 reuniões
- Observação: Governança consistente apesar dos desafios amazônicos.

Mosaico Espinhaço: Alto Jequitinhonha / Serra do Cabral

- Status: Ativo
- Última reunião: 30 e 31/10/2025 (oficina de planejamento)
- Próxima reunião: março/2025
- Histórico: 15 reuniões

O Mosaico do Baixo Rio Madeira, reconhecido em fevereiro de 2025, já realizou uma reunião para a formação de seu conselho; entretanto, não participou desta enquete.

3.1.2. Conselhos em retomada

A partir do III Workshop Nacional de Mosaicos de Áreas Protegidas, dois mosaicos iniciaram sua remobilização. Vários mosaicos inativos apresentam previsão de retomada ainda em 2025, como Jalapão e MAPES, indicando um movimento nacional de reestruturação e recomposição das instâncias de gestão.

Mosaico do Jalapão

- Status: Em retomada
- Motivos: Demora de 4 anos para reconhecimento oficial; Pandemia, que gerou forte desmobilização
- Última reunião: 2019
- Previsão de retomada: 2025
- Histórico: 2 reuniões
- Observação: Mosaico recente e ainda sem estrutura consolidada.

Mosaico Extremo Sul da Bahia (MAPES)

- Status: Em retomada
- Motivo: Descontinuidade desde o governo anterior

- Última reunião: Entre 2020–2021
- Previsão de retorno: 22–23/10/2025
- Histórico: Não informado

3.1.3. Conselhos não funcionais ou desativados

Por outro lado, a inatividade dos conselhos em alguns mosaicos, como Amazônia Meridional, Serra do Espinhaço: Quadrilátero Ferrífero, Mico-leão-dourado, Lagamar e Bocaina, expõe fragilidades estruturais persistentes. Entre os motivos mencionados, incluem-se a desmobilização ocorrida durante o governo federal anterior, que afetou diretamente a Amazônia Meridional; o longo período de espera para o reconhecimento oficial, caso do Jalapão; e a dependência de projetos externos, como no Mosaico Bocaina, que deixou de funcionar após o encerramento de um projeto apoiado pela FAO, responsável por financiar secretariado, comunicação e logística. Em alguns casos, como o Mosaico Mico-leão-dourado, o conselho encontra-se desativado há mais de uma década, revelando não apenas descontinuidade, mas uma ruptura prolongada na governança territorial. O conselho da Serra do Espinhaço: Quadrilátero Ferrífero não tem atividade desde seu reconhecimento.

Mosaico da Amazônia Meridional

- Status: Desativado
- Motivo: Desmobilizado durante o governo federal anterior
- Última reunião: 2018
- Previsão de retorno: Sem previsão
- Histórico: ~10 reuniões

Mosaico Mico-leão-dourado

- Status: Desativado há cerca de 15 anos
- Última reunião: ~2010
- Previsão de retorno: Não informada
- Histórico: 0 reuniões no período atual
- Observação: Um dos casos de inatividade mais prolongada.

Mosaico Bocaina

- Status: Desativado
- Motivo: Encerramento do projeto FAO que financiava secretariado e logística
- Última reunião: Não informada
- Previsão de retorno: Reunião prevista ainda em 2025 para resgate da memória e reorganização
- Histórico: Não informado

Outros cinco mosaicos desativados não participaram da enquete: Mosaico Serras da Capivara e Confusão, Lagamar, da Serra de São José, do Manguezal da Baía de Vitória, da Foz do Rio Doce.

3.1.4. Síntese Analítica

De forma geral, o diagnóstico do funcionamento do conselho aponta para a seguinte situação:

- Conselhos Ativos (13 mosaicos): Mantêm agendas regulares, muitas vezes anuais ou semestrais. Alguns apresentam maturidade avançada (Mantiqueira, Carioca, Sertão Veredas–Peruaçu). Outros estão em consolidação (Tucuruí, Gurupi), outros retomando as atividades pós-pandemia (Espinhaço: Alto Jequitinhonha/Serra do Cabral).
- Conselhos em retomada, em 2025 (2 mosaicos).
- Conselhos sem informações (2 mosaicos estaduais de São Paulo).

- Conselhos Inativos ou Desativados (11 mosaicos) Principais causas identificadas:
 - Desmobilização política (especialmente no período 2019–2022)
 - Encerramento de projetos estruturantes (caso Bocaina)
 - Falta de lideranças ou secretariados ativos
 - Pandemia e perda de ritmo organizacional

Como conclusão, os dados demonstram que mosaicos com secretariado estruturado, financiamento estável ou redes de instituições ativas tendem a manter maior regularidade e continuidade em seus conselhos. Em contraste, aqueles que dependem exclusivamente de voluntariado, lideranças isoladas ou recursos eventuais são mais vulneráveis a interrupções. Também se observa que mosaicos localizados na Amazônia enfrentam desafios adicionais relacionados a logística, distâncias e instabilidade política. A pandemia de Covid-19 aparece como elemento de desmobilização importante, especialmente para mosaicos mais recentes. Apesar das dificuldades, a previsão de retomada dos conselhos inativos demonstra esforço institucional para reativação dos mosaicos e fortalecimento da governança territorial.

Tabela 1. Status dos conselhos dos Mosaicos de Áreas Protegidas (em ordem cronológica de reconhecimento oficial), em 2025.

N	Nome do Mosaico	Status
1	Mosaico Lago de Tucuruí, PA	Ativo
2	Mosaico Serras da Capivara e Confusão, PI	Desativado
3	Mosaico Lagamar, SP/ PR	Desativado
4	Mosaico Bocaina, SP/ RJ	Desativado
5	Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, RJ	Ativo
6	Mosaico Serra da Mantiqueira, SP/ RJ/ MG	Ativo
7	Mosaico Jureia-Itatins, SP	Ativo
8	Mosaico da Serra de São José, MG	Desativado
9	Mosaico Jacupiranga, SP	Ativo
10	Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista, SP	Sem Informações
11	Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, MG/ BA	Ativo
12	Mosaico Apuí, AM	Ativo
13	Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória, ES	Desativado
14	Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha / Serra do Cabral, MG	Ativo
15	Mosaico Mico-Leão-Dourado, RJ	Desativado
16	Mosaico Baixo Rio Negro, AM	Ativo
17	Mosaico da Foz do Rio Doce, ES	Desativado
18	Mosaico Extremo Sul da Bahia, BA	Remobilizando
19	Mosaico Carioca, RJ	Ativo
20	Mosaico da Amazônia Meridional, AM/ RO/ MT	Desativado
21	Mosaico do Paranapiacaba, SP	Desativado
22	Mosaico da Amazônia Oriental, AP/ PA	Ativo
23	Mosaico do Jalapão	Remobilizando
24	Mosaico do Espinhaço: Serra do Cipó, MG	Desativado
25	Mosaico do Cerrado Paulista, SP	Sem Informações
26	Mosaico do Espinhaço: Quadrilátero Ferrífero, MG	Desativado
27	Mosaico do Baixo Rio Madeira, AM	Ativo
28	Mosaico Gurupi, MA	Ativo

3.1.5. Outras informação do funcionamento do conselho

A análise do funcionamento dos mosaicos que atualmente possuem conselhos ativos revela um panorama de grande diversidade em termos de agendas, estruturas de governança, disponibilidade de recursos e presença institucional. As pautas previstas para 2025 mostram que os mosaicos estão concentrados principalmente na reestruturação de suas instâncias, no fortalecimento da governança, na atualização de instrumentos de gestão e na organização de ações estratégicas relacionadas à proteção, uso sustentável e participação social.

No Mosaico do Jalapão, as principais discussões previstas envolvem turismo de base comunitária e o reconhecimento de territórios quilombolas. Apesar de não possuir sede própria nem recursos específicos, o mosaico conta com apoio dos órgãos gestores e funciona por meio de grupos de trabalho, sem presença em redes sociais. Já o Mosaico do Espinhaço – Alto do Jequitinhonha/Serra do Cabral, em processo de retomada, planeja construir coletivamente um plano de trabalho e definir GTs temáticos durante a reunião de reinício das atividades. Ainda sem sede e sem recursos, o mosaico conta apenas com uma secretaria executiva e não possui redes sociais ativas.

Entre os mosaicos mais estruturalmente consolidados, o Baixo Rio Negro se destaca pela continuidade e pela clareza de suas agendas. As pautas incluem o Plano de Ação do Mosaico, sustentabilidade financeira e fortalecimento das redes de jovens e mulheres. Embora não tenha sede própria, utiliza o espaço da Fundação Vitória Amazônica e possui recursos provenientes do projeto Paisagens Sustentáveis, garantidos até 2026. Sua estrutura inclui presidência, grupos de trabalho e câmaras técnicas de visitação, monitoramento e sustentabilidade financeira. Não possui redes sociais próprias.

O Mosaico Carioca apresenta uma agenda robusta, voltada à renovação do conselho, ampliação do território reconhecido, captação via emendas parlamentares e reorganização das instâncias internas, incluindo reativação dos colegiados e grupos de trabalho. Utiliza como sede o Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca e, embora tenha previsão de recursos via emenda parlamentar, não foi contemplado em 2025. Sua estrutura atual é composta pela presidência e secretaria executiva, e o mosaico possui redes sociais ativas no Instagram e Facebook.

O MAPES, em retomada, tem como pauta principal a reativação de suas estruturas. Sem sede ou redes sociais, conta com recursos de compensação ambiental via ICMBio e opera apenas com um grupo de trabalho de remobilização. O Mosaico Gurupi, por sua vez, tem como prioridades a formalização da governança e a aprovação do regimento interno. Ainda sem sede e sem recursos, dispõe de um conselho gestor provisório, secretaria executiva e quatro GTs, além de uma rede social ativa no Instagram.

O Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense possui uma agenda voltada à atualização normativa e à reestruturação interna, incluindo nova portaria, novo regimento, planejamento estratégico e reativação de câmaras técnicas. Dispõe de uma sala cedida no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, não tem recursos financeiros no momento e mantém presidência, secretaria executiva e CTs de pesquisa, educação e proteção. Foi criado também um GT de Povos e Comunidades Tradicionais que visa discutir e organizar as pautas desses grupos que compõe o MMACF. Sua rede social e YouTube existem, mas encontram-se pouco ativos. O processo de reestruturação inclui ainda um segundo registro com informações posteriores, indicando recursos futuros de compensação ambiental e reorganização das instâncias, mantendo o mesmo perfil institucional.

O Mosaico da Mantiqueira tem como principais temas o projeto “Mosaico de Águas”, manejo de javalis e assuntos gerais das UCs. Sem sede e sem recursos dedicados, funciona com presidência, secretaria executiva e rede social ativa no Instagram. Já o Mosaico de Tucuruí concentra suas pautas em questões da hidrovia, fiscalização ambiental e controle do mexilhão-dourado. Não possui sede própria, mas conta com recursos do Fundo de Compensação Ambiental (FCA) e possui uma gerência estruturada, sem redes sociais próprias.

O Mosaico da Amazônia Oriental com mais de dez anos, tem mantido seu conselho atuante, com os desafios amazônicos na mobilização de seus conselheiros, logísticas que envolvem deslocamentos longos e caros. O conselho tem refletido nas últimas reuniões sobre a necessidade de renovação. O Mosaico enfrenta na prática a falta de articulação governamental nas estratégias de conservação que envolvem UCs e Terras Indígenas,

Entre os mosaicos com governança mais articulada, destaca-se o Sertão Veredas–Peruaçu, com agendas formativas, debates sobre energia solar, turismo de base comunitária, atualização do território e eleições internas. Sua sede está vinculada ao escritório do IEF em Januária e, embora não disponha de recursos financeiros diretos, opera com apoio institucional local. Possui uma estrutura completa, incluindo presidência, vice-presidência, secretaria executiva fortalecida por duas instituições, grupos de trabalho e uma Câmara Técnica dedicada a empreendimentos, além de redes sociais ativas no site institucional e YouTube.

Por fim, o Mosaico de Apuí planeja atividades de REDD e outras ações de planejamento, contando com sede em Apuí e com recursos provenientes do programa ARPA. Sua estrutura é composta pela presidência, e não há presença ativa em redes sociais.

No conjunto, observa-se que mosaicos com fontes estáveis de financiamento, como Baixo Rio Negro, Tucuruí e Apuí, apresentam maior capacidade de manter estruturas organizadas e agendas contínuas. Mosaicos em reestruturação dependem fortemente de apoio institucional e voluntariado. Já aqueles situados em grandes centros urbanos, como o Carioca e o Central Fluminense, demonstram forte dinâmica política, ainda que enfrentem desafios de recursos. Apesar da diversidade de realidades, a tendência geral aponta para o fortalecimento da governança, a ampliação de GTs e CTs e a busca por estabilidade financeira como prioridades comuns em 2025.

3.3. Planejamento, resultados e metas dos mosaicos ativos

A análise do planejamento dos mosaicos atualmente ativos demonstra um cenário marcado por diferentes níveis de organização, graus variados de consolidação e múltiplas metodologias em uso. Em geral, o instrumento mais recorrente entre os mosaicos é o Plano de Ação, embora alguns utilizem abordagens próprias, como o Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC) ou planejamentos estratégicos, enquanto outros estão em fase de elaboração ou atualização.

No Mosaico do Jalapão, existe um planejamento formalizado, ainda que necessitando atualização, organizado por meio de um Plano de Ação. Entre os principais resultados já alcançados destacam-se avanços no manejo integrado do fogo, enquanto as metas para 2025–2026 incluem a titulação de territórios quilombolas e a retomada dos conselhos. Não há link público disponível sobre esse planejamento.

O Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha/Serra do Cabral, em processo de reativação, não possui planejamento formalizado, embora anteriormente tenha registrado ações como participação em conselhos e elaboração do mapa do mosaico. Ainda não há definição de metas futuras nem repositórios de informação.

Entre os mosaicos mais estruturados, o Baixo Rio Negro opera com um Plano de Ação que também passa por atualização. Possui um conjunto expressivo de resultados, incluindo fortalecimento da governança, criação e redefinição de unidades de conservação, inclusão de novas UCs ao território, continuidade das atividades mesmo durante adversidades políticas e sanitárias, e apoio a planos de gestão e projetos comunitários. Para 2025–2026, suas principais metas envolvem sustentabilidade financeira, consolidação da governança e elaboração de novos projetos. O planejamento está disponível em seu site oficial.

O Mosaico Gurupi também dispõe de um Plano de Ação formalizado, cujo principal resultado recente foi o reconhecimento oficial pelo MMA em julho de 2025. Suas metas incluem manter a atividade do conselho, apoiar iniciativas indígenas de proteção, promover ações de restauração ambiental, de valorização das expressões culturais dos povos indígenas e

monitoramento e avaliação de políticas públicas estaduais e nacionais que dialoguem diretamente com o mosaico.

O Mosaico Carioca conta com um Plano de Ação formalizado, embora necessite atualização. É um dos mosaicos com maior acúmulo histórico de resultados, com ações contínuas desde 2011, como criação de unidades de conservação municipais, implantação da Trilha Transcarioca, mutirões anuais de manejo e sinalização, implantação de projetos socioambientais, fortalecimento da educação ambiental e diversas intervenções estruturais. Suas metas para os próximos anos incluem atualização do Plano de Ação e encaminhamento ao MMA de uma proposta de revisão da portaria de reconhecimento do mosaico. Não existe repositório público disponível.

O MAPES, atualmente em remobilização, está elaborando seu planejamento, ainda em construção. Os resultados anteriores são pouco conhecidos, e as metas futuras incluem a reativação do conselho e a elaboração de um Plano de Ação formal.

Outro mosaico em consolidação é o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, que possui um planejamento estratégico de 2010, hoje necessitando atualização. Sua trajetória registra ações marcantes antes de 2015–2016, como a criação da TV Mosaico, desenvolvimento de um site, atividades das câmaras técnicas e iniciativas de integração entre unidades. O planejamento está disponível em uma pasta compartilhada/repositório digital, cujo link pode ser solicitado aos membros do conselho e secretaria executiva. A avaliação da implementação do planejamento de 2010, assim como a reelaboração de um Planejamento Estratégico para os próximos anos devem ser realizados em 2026.

O Mosaico da Mantiqueira possui um planejamento em elaboração, ancorado no Projeto Mosaico de Águas. Seus resultados e metas estão sendo definidos pela nova gestão para o período 2025–2027.

No Mosaico de UCs Lago de Tucuruí, o planejamento com base em Plano de Ação está em desenvolvimento, alinhado às prioridades de monitoramento de recursos naturais. Entre os resultados já observados estão avanços em ordenamento pesqueiro e fundiário, e as metas para 2025–2026 incluem o fortalecimento dessas agendas e a valorização das comunidades locais.

O Mosaico Sertão Veredas–Peruaçu constitui um dos processos mais robustos do país, utilizando uma abordagem de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC). Entre seus resultados destacam-se articulação interinstitucional ampla, fortalecimento do turismo de base comunitária e do extrativismo, incidência política contra megaprojetos, integração com políticas públicas e fortalecimento de mulheres e comunidades tradicionais. Suas metas incluem intensificar a participação comunitária, ampliar as redes de turismo de base comunitária e produzir uma publicação sobre a história do mosaico. O planejamento completo está disponível online em versões original e revisada.

O Mosaico da Amazônia Oriental desenvolveu um plano estratégico a mais de dez anos, que não contou com uma atualização desde então. Na mesma época construir também um plano de comunicação que também demanda uma atualização. As restrições orçamentárias dos últimos anos, junto a diminuição das equipes dos órgãos gestores tem diminuído consideravelmente sua capacidade de atuação.

Por fim, o Mosaico de Apuí possui um Plano de Ação consolidado, com foco em gestão participativa. Seus principais resultados envolvem fortalecimento institucional e organização territorial, e a meta principal para 2025–2026 é a implementação plena do plano.

Em síntese, o panorama evidencia mosaicos em diferentes estágios de consolidação: alguns com histórico institucional extenso e metodologias bem estruturadas, como o Baixo Rio Negro, Carioca e Sertão Veredas–Peruaçu; outros em fase de retomada ou construção, como o Espinhaço, MAPES, Mantiqueira e Tucuruí. A necessidade de atualização dos instrumentos de planejamento é recorrente, assim como a importância de consolidar governança, fortalecer a participação social e garantir financiamento contínuo para execução das ações previstas.

3.4. Necessidade de ajustes na portaria de reconhecimento do mosaico

A análise das necessidades de revisão das portarias de reconhecimento dos mosaicos atualmente ativos revela um cenário no qual a maior parte dessas estruturas demanda algum tipo de ajuste normativo para refletir transformações territoriais, institucionais e sociais ocorridas nos últimos anos. Em muitos casos, a revisão da portaria não é apenas desejável, mas essencial para garantir a legitimidade da governança, incorporar novas unidades de conservação ou territórios tradicionais e aprimorar a representatividade nos conselhos.

No Mosaico do Jalapão, há consenso sobre a necessidade de alteração da portaria, especialmente para ampliar as cadeiras no conselho e ajustar o escopo territorial do mosaico. Além da atualização normativa, o mosaico aponta a necessidade de maior empenho e engajamento por parte dos conselheiros, condição fundamental para o fortalecimento de sua governança.

O Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha/Serra do Cabral, em sua portaria de reconhecimento, previa inicialmente a composição de 10 unidades de conservação, abrangendo cerca de 33 mil hectares. Atualmente, o conselho integra 33 unidades de conservação, promovendo a governança de um território superior a 2 milhões de hectares, o que aponta para a necessidade de renovação da portaria.

O Mosaico do Baixo Rio Negro necessita de revisão da portaria para recompor seu conselho e incluir quatro novas unidades de conservação ao território do mosaico. Após essa revisão normativa, também será necessária a atualização do Regimento Interno, de modo a adequar sua governança ao novo arranjo institucional.

O Mosaico Gurupi há indicação de que o mosaico precisa superar características personalistas ainda presentes em sua governança, avançando para compromissos institucionais, maior engajamento coletivo e esforço financeiro para capilarizar o mosaico nas comunidades, bem como a consolidação do protagonismo indígena — ajustes que, embora ainda não demandem necessariamente mudanças na proposta de portaria, são fundamentais para seu fortalecimento.

O Mosaico Carioca demanda ajustes significativos na portaria, especialmente para rever os procedimentos de inclusão de novas unidades de conservação, permitindo que a composição do mosaico seja atualizada sem a necessidade de uma nova portaria a cada modificação territorial. Além disso, aponta a necessidade de maior participação dos órgãos gestores, incluindo a alocação de recursos humanos para apoiar a secretaria executiva.

O Mosaico Extremo Sul da Bahia (MAPES), atualmente em reativação, também requer revisão de sua portaria para incluir terras indígenas e outras áreas protegidas ainda não formalmente reconhecidas na composição territorial.

No Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, há consenso sobre a necessidade de atualização da portaria, dado que novas unidades de conservação passaram a integrar o mosaico e demandam inclusão formal, além da ampliação de assentos destinados à sociedade civil. Entre os ajustes adicionais está a necessidade de maior disponibilidade de recursos para visitas de campo e construção de agendas coletivas, além de reforço institucional para retomar ações integradas. Outro registro descreve a necessidade de ajustes no regimento interno e na remuneração da secretaria executiva para permitir a retomada de ações integradas.

O Mosaico da Mantiqueira não identificou necessidade de revisão da portaria no momento, refletindo sua atual estabilidade institucional.

O Mosaico de UCs Lago de Tucuruí apresenta uma situação específica: ele ainda precisa ser formalmente reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, indicando uma necessidade essencial e estruturante para sua operação. Há também outros ajustes apontados como urgentes para garantir seu funcionamento adequado.

O Mosaico Sertão Veredas–Peruaçu demanda revisão da portaria para redimensionar seu território e incluir oficialmente terras indígenas e quilombolas que compõem sua realidade

socioambiental. Essas alterações são estratégicas para adequar o mosaico à dinâmica territorial e fortalecer a representatividade de populações tradicionais.

O Mosaico da Amazônia Oriental, em processo de discussão sobre a renovação de seu conselho, sofre dificuldades com organizações governamentais nomeadas na sua portaria de criação que deixaram de existir, inclusive órgãos gestores de algumas das UCs.

Por fim, o Mosaico de Apuí não identifica necessidade de revisão de sua portaria no momento.

Em síntese, a maior parte dos mosaicos ativos identifica demandas explícitas por revisão normativa, em especial relacionadas à ampliação territorial, inclusão de áreas protegidas e territórios tradicionais, ajustes na composição dos conselhos e maior fluidez nos mecanismos de atualização da portaria. Além disso, muitos mosaicos indicam necessidades complementares, como fortalecimento institucional, engajamento coletivo, disponibilidade de recursos para mobilização territorial e aprimoramento dos regimentos internos. Essas necessidades revelam um processo de governança em constante evolução, que requer atualização periódica para assegurar legitimidade, eficiência e alinhamento às transformações socioambientais dos territórios.

3.5. Recomendações para à REMAP

As sugestões apresentadas pelos participantes à Coordenação da REMAP evidenciam uma combinação de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e a identificação de necessidades para o fortalecimento da Rede e dos mosaicos em todo o país. Entre as contribuições, destaca-se o pedido recorrente por ações de fomento capazes de garantir maior regularidade e autonomia ao funcionamento dos mosaicos, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

Vários participantes apontaram a urgência de reduzir a burocracia envolvida na reedição das portarias de reconhecimento, tornando os processos mais ágeis e permitindo a atualização da composição dos mosaicos sem a necessidade de reiniciar procedimentos complexos a cada mudança territorial.

Um ponto amplamente enfatizado foi a necessidade de articulação da REMAP junto ao MMA e ao ICMBio para viabilizar a contratação remunerada de secretários executivos, assegurando continuidade das ações, estabilidade administrativa e fortalecimento da governança. Alguns participantes também chamaram atenção para a importância de apoiar de maneira especial mosaicos com forte presença de povos indígenas, como o Mosaico Gurupi, reforçando suas especificidades culturais e territoriais.

Além das questões institucionais, diversas sugestões destacaram a importância de fortalecer a integração e a troca entre mosaicos, com pedidos por mais encontros nacionais e espaços de diálogo. A criação de metodologias específicas para planejamento dos mosaicos também foi apontada como uma necessidade, assim como a realização de atividades presenciais colaborativas, como a cartografia social, para auxiliar na compreensão dos territórios, das redes de afeto e das dinâmicas locais.

A comunicação aparece como outro eixo central das recomendações, com ênfase na necessidade de atualizar o site da REMAP, criar vídeos que divulguem os ganhos de gestão em mosaicos e ampliar a visibilidade pública das ações desenvolvidas pela Rede e pelas iniciativas territoriais. Para alguns participantes, fortalecer a comunicação é essencial não apenas para a transparência, mas também para ampliar apoio social, institucional e político aos mosaicos.

De maneira geral, as falas revelam tanto desafios quanto oportunidades para a REMAP. Há um reconhecimento explícito do valor da coordenação atual, expresso em comentários como “Vida longa!” e elogios ao trabalho já desenvolvido, ao mesmo tempo em que se destacam caminhos concretos para aprofundar e aprimorar sua atuação. Entre esses caminhos, sobressaem a busca por financiamento contínuo, a ampliação de encontros e intercâmbios, o fortalecimento das estruturas de governança, a criação de metodologias próprias e o investimento em comunicação estratégica. Esses elementos, juntos, apontam para a

necessidade de consolidar a REMAP como um espaço nacional de articulação, apoio técnico, mobilização política e fortalecimento das redes territoriais que sustentam os mosaicos de áreas protegidas no Brasil.

4. Diagnóstico da percepção sobre os mosaicos

Para compreender de forma mais ampla o funcionamento dos Mosaicos de Áreas Protegidas e a diversidade de atores envolvidos em sua governança, foi realizada a sistematização do perfil dos 41 participantes que contribuíram com o diagnóstico. Esta caracterização inicial permite identificar a distribuição dos representantes entre os diferentes mosaicos, o tipo de instituição à qual estão vinculados, suas funções nos conselhos e o tempo de envolvimento na gestão territorial. A presença significativa de órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, universidades, movimentos sociais e comunidades tradicionais evidencia a pluralidade que compõe esses espaços, assim como o alto nível de experiência acumulada — com grande parte dos participantes atuando há mais de cinco anos.

Além da caracterização, as respostas também revelam tendências importantes sobre os pontos positivos, desafios e recomendações para o fortalecimento dos mosaicos. Entre os aspectos positivos, destaca-se a diversidade de atores, a capacidade de articulação territorial, a presença de conselheiros experientes e o reconhecimento do mosaico como espaço estratégico para a gestão integrada. Por outro lado, emergem fragilidades estruturais recorrentes, como a falta de recursos financeiros e humanos, dificuldades de mobilização e participação contínua, limitações logísticas e ausência de secretariados executivos estruturados.

As recomendações apresentadas pelos participantes convergem para a necessidade de fortalecimento institucional, incluindo a criação e manutenção de secretarias executivas remuneradas, melhoria dos processos de comunicação interna e externa, ampliação de parcerias e captação de recursos, além da realização de formações, intercâmbios e encontros presenciais que favoreçam a mobilização e o engajamento. Também foram destacadas a importância do alinhamento entre os órgãos gestores, da valorização das comunidades locais e da consolidação de instrumentos de gestão compartilhada.

Assim, esta caracterização inicial, combinada às primeiras análises qualitativas, estabelece uma base sólida para compreender tanto o potencial quanto os desafios enfrentados pelos mosaicos, orientando os próximos passos do diagnóstico e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que fortaleçam a governança territorial e a integração entre seus atores.

4.1. Perfil dos participantes da enquete

4.1.1. Participantes por Mosaico

Considerando as 40 pessoas que participaram da enquete (Anexo 3), observa-se uma forte concentração de participantes em alguns mosaicos específicos, com destaque para o Mosaico do Baixo Rio Negro, que aparece como o mais representado. A distribuição é a seguinte:

- Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) – 14 participantes
- Mosaico do Extremo Sul da Bahia (MAPES) – 5 participantes
- Mosaico Central Fluminense – 5 participantes
- Mosaico Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral / Serra do Cipó – 4 participantes
- Mosaico Sertão Veredas–Peruaçu – 3 participantes
- Mosaico Carioca – 3 participantes
- Mosaico Gurupi – 2 participantes
- Mosaico Lago de Tucuruí – 2 participante
- Mosaico do Apui – 1 participante

A distribuição demonstra que os mosaicos mais antigos e consolidados, especialmente os amazônicos, baianos e fluminenses, são os que conseguiram mobilizar maior número de respondentes.

4.1.2. Instituições dos participantes

As instituições representadas formam um conjunto bastante diverso, agrupado em quatro grandes categorias:

- a) Órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais): Instituições como ICMBio, IEF-MG, SEMMA, SEMA, prefeituras e secretarias municipais aparecem de forma expressiva. Representam aproximadamente 40% dos participantes.
- b) Organizações da sociedade civil (ONGs, associações, cooperativas, movimentos sociais): Incluem grupos como FVA, FOPEC, CNS, CEUXCO, cooperativas pesqueiras, associações comunitárias e movimentos socioambientais. Cerca de 35% dos participantes.
- c) Instituições de ensino e pesquisa: PUC-MG, UEA, UFPA, Universidade de Turku (Finlândia), Museu Goeldi, UFMA. Aproximadamente 15% dos participantes.
- d) Lideranças comunitárias e representantes de povos e comunidades tradicionais: Comunidades ribeirinhas, povos indígenas, pescadores, representantes quilombolas e de religiões de matriz africana. Cerca de 10% dos participantes.

Essa composição reflete a natureza dos mosaicos como espaços multissetoriais, valorizando tanto instituições públicas quanto comunidades e organizações da sociedade civil.

4.1.3. Tempo de envolvimento com o Mosaico

A análise das respostas revela que a maior parte dos participantes possui longa trajetória dentro de seus mosaicos:

- Mais de 5 anos – 22 participantes
- Entre 3 e 5 anos – 6 participantes
- Entre 1 e 3 anos – 8 participantes
- Menos de 1 ano – 5 participantes

Assim, mais da metade (54%) tem envolvimento superior a cinco anos, indicando forte experiência acumulada e alta permanência. O número expressivo de novos membros (<1 ano) mostra ao mesmo tempo renovação e expansão recente em alguns mosaicos.

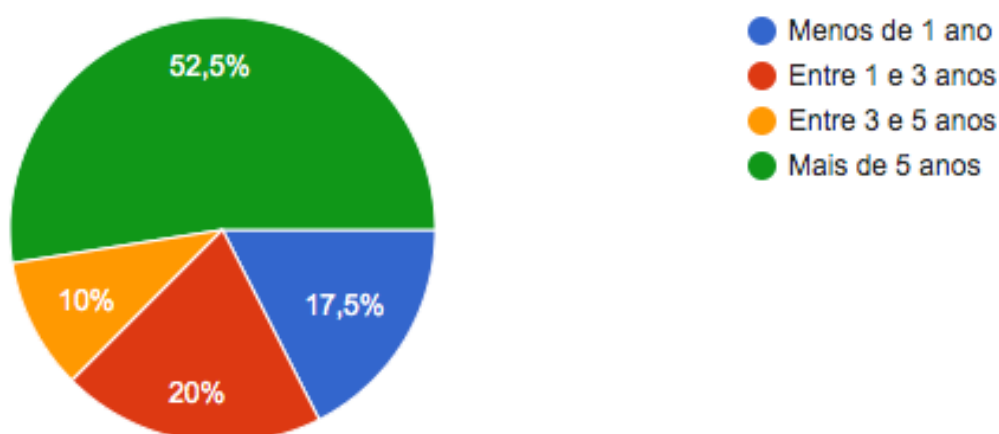


Figura 5. Tempo de envolvimento do participante com o mosaico.

4.1.4. Segmentos dos participantes

A partir dos cargos e funções declaradas, é possível identificar quatro perfis predominantes:

- a) Conselheiros(as), suplentes ou membros formais de conselhos: Inclui conselheiros titulares, suplentes, representantes de UC, membros de GTs e coordenações de comunidades. Representam cerca de 65% dos participantes.
- b) Lideranças comunitárias e representantes territoriais: Presidentes de comunidades, representantes indígenas, pescadores, extrativistas e membros de organizações locais. Aproximadamente 20%.
- c) Técnicos e gestores de órgãos públicos: Gerentes de UC, analistas ambientais, coordenadores institucionais. Cerca de 10%.
- d) Pesquisadores e colaboradores acadêmicos: Professores universitários, pesquisadores científicos, convidados por projetos. Aproximadamente 5%.

Essa composição demonstra que o perfil predominante nos mosaicos é o de conselheiros experientes, seguido por lideranças comunitárias e representantes de órgãos de gestão pública. A presença de pesquisadoras e universidades, embora menor, indica integração com produção científica.

4.2. Percepções positivas: principais pontos do funcionamento ou da atuação dos Mosaicos

A análise das percepções positivas sobre o funcionamento e a atuação do Mosaico revela um conjunto de elementos que se organizam principalmente em torno da integração entre atores, da participação social e do fortalecimento da conservação. De forma geral, o Mosaico é visto como um espaço que promove cooperação efetiva entre Unidades de Conservação, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, comunidades do entorno e outros atores territoriais. Essa integração aparece como o ponto mais recorrente nas respostas, indicando que o trabalho em rede, a articulação regional e a coordenação conjunta de ações fortalecem a atuação de todos os envolvidos. A interatividade, a sinergia e a circulação de informações contribuem para a construção de soluções coletivas e para uma visão territorial mais ampla, que ultrapassa os limites das áreas protegidas individuais.

Outro aspecto fortemente destacado é a participação social. As respostas apontam que o Mosaico funciona como um espaço democrático, onde diferentes segmentos – incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, instituições locais, juventudes e sociedade civil organizada – têm voz e representatividade. A existência de espaços de diálogo, câmaras técnicas, debates qualificados e oportunidades de escuta fortalece a governança participativa e legitima o processo de tomada de decisão. A presença de diferentes atores contribui também para ampliar a diversidade de saberes e perspectivas, enriquecendo o planejamento territorial.

O fortalecimento da conservação e da gestão das Unidades de Conservação também aparece como uma percepção central. O Mosaico é percebido como um instrumento que melhora a proteção dos ecossistemas, otimiza ações de fiscalização e combate a ameaças, amplia a capacidade de manejo e permite respostas coordenadas em escala territorial. A troca de experiências, as capacitações, a atuação conjunta em políticas públicas e a integração com programas regionais – como prevenção a incêndios, combate a espécies invasoras e implementação de oficinas – são vistos como elementos que qualificam a gestão ambiental.

Além disso, destaca-se o papel do Mosaico na ampliação da visibilidade e da força política das áreas protegidas. A articulação conjunta facilita a captação de recursos, o acesso a compensações ambientais, a mobilização contra retrocessos legais e o fortalecimento da atuação institucional. Eventos nacionais, parcerias e a atuação em rede contribuem para colocar os territórios no centro de agendas estratégicas, aumentando seu reconhecimento e relevância.

Por fim, as respostas evidenciam a valorização das identidades territoriais e culturais, incluindo o conhecimento tradicional, o protagonismo jovem e a valorização das comunidades que vivem no território. Esse conjunto de elementos demonstra que o Mosaico é percebido

não apenas como um instrumento técnico de gestão, mas como um espaço de construção coletiva, que fortalece laços, amplia capacidades, protege a biodiversidade e promove uma governança mais inclusiva e eficaz.

4.3. Desafios e dificuldades: principais desafios ou dificuldades enfrentados pelo Mosaico

A análise das respostas sobre os principais desafios enfrentados pelos Mosaicos de Áreas Protegidas revela um conjunto de dificuldades que se concentram em quatro grandes eixos: financiamento e infraestrutura, governança e participação, complexidade territorial e institucional, e pressões socioambientais externas. Esses eixos sintetizam a maioria das percepções apresentadas e ajudam a compreender onde estão os principais gargalos que limitam o funcionamento pleno dos Mosaicos.

O desafio mais recorrente está relacionado à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. As respostas enfatizam a dificuldade de manter a secretaria executiva, de implementar o plano de ação, de garantir logística para reuniões e deslocamentos e de sustentar atividades continuadas. Essa carência afeta tanto órgãos gestores quanto organizações da sociedade civil, impedindo execução de projetos e enfraquecendo a capacidade operacional das Unidades de Conservação. A insuficiência de financiamento compromete também ações essenciais como monitoramento, fiscalização, pesquisa, capacitações, recuperação ambiental e formação de corredores ecológicos. Em alguns casos, destaca-se ainda a dificuldade em acessar recursos públicos, que muitas vezes privilegiam apenas órgãos governamentais, deixando a sociedade civil sem condições de participar de forma equânime.

Além da questão financeira, há um conjunto significativo de desafios relacionados à governança, participação e engajamento dos atores. Diversas respostas mencionam desmobilização dos membros, baixa participação nas reuniões, dificuldade de garantir representatividade, falta de comprometimento institucional e necessidade de ampliar o envolvimento de comunidades tradicionais, juventudes e sociedade civil. A manutenção ativa e funcional dos conselhos, câmaras técnicas e grupos de trabalho aparece como um dos pontos mais frágeis, muitas vezes impedido tanto pela falta de recursos quanto pela ausência de tempo e estrutura dos representantes. Em alguns casos, questiona-se inclusive a clareza do papel do Mosaico e a comunicação interna, o que contribui para dispersão e falta de alinhamento entre os participantes.

Outro conjunto relevante de desafios envolve a complexidade territorial e institucional. Muitos apontam que o grande tamanho dos territórios, a diversidade de perfis das Unidades de Conservação (federais, estaduais, municipais, RPPNs), e a necessidade de articulação entre diferentes esferas de governo tornam o processo decisório mais lento e difícil. A variedade de realidades locais, os diferentes níveis de prioridade política e a limitada capacidade de influência sobre políticas públicas dificultam ações integradas. Essa complexidade se manifesta também na dificuldade de coordenação entre instituições, de harmonização de demandas diversas e de integração efetiva das decisões do conselho às práticas institucionais dos órgãos gestores.

Por fim, emergem de forma consistente desafios relacionados às pressões socioambientais e contextuais. Entre eles, destacam-se desmatamento ilegal, expansão urbana e gentrificação, falta de fiscalização, invasões, mudanças climáticas, seca extrema e diferentes formas de assédio ao território e às comunidades. Essas ameaças externas exigem respostas integradas que, porém, sofrem com a falta de recursos e com a fragilidade institucional. Também são mencionadas dificuldades estruturais nas comunidades do entorno — como falta de saneamento, acesso à água, educação e serviços básicos — que impactam a relação com as Unidades de Conservação e aumentam a vulnerabilidade ambiental.

Em síntese, os desafios identificados mostram que os Mosaicos enfrentam simultaneamente limitações internas — principalmente de recursos, engajamento e coordenação — e pressões externas crescentes, que demandam ação urgente e articulada. A superação desses

obstáculos depende tanto de maior investimento e estruturação administrativa quanto do fortalecimento da participação social e do alinhamento entre instituições, permitindo ao Mosaico operar com efetividade no planejamento e na proteção territorial.

4.4. Recomendações para a presidência e à secretaria executiva do Mosaico para fortalecerem sua atuação

A sistematização das recomendações feitas ao presidente e à secretaria executiva do Mosaico revela um conjunto de sugestões organizadas em quatro grandes eixos: governança e organização interna, mobilização e participação dos membros, captação de recursos e fortalecimento institucional, e formação, comunicação e articulação externa. Esses eixos sintetizam a maioria das contribuições e permitem compreender de forma clara o que os participantes consideram fundamental para o fortalecimento da atuação do Mosaico.

O primeiro eixo — governança e organização interna — destaca a necessidade de garantir uma gestão mais estruturada, contínua e profissionalizada. As recomendações apontam para a criação ou institucionalização de uma secretaria executiva remunerada, capaz de assegurar o acompanhamento das decisões, a execução de atividades e a manutenção do ritmo de trabalho. A importância de elaborar um plano de trabalho claro, com metas, prazos e responsabilidades definidas, aparece como medida essencial para orientar o funcionamento. Muitas falas pedem que reuniões e encontros tenham maior regularidade, com calendários anuais, organização logística antecipada e retomada das reuniões presenciais, consideradas mais eficazes para fortalecer vínculos e garantir participação qualificada. Sugere-se ainda reorganizar e reativar câmaras técnicas e grupos de trabalho, tornando-os mais funcionais e ágeis.

O segundo eixo — mobilização e participação dos membros — evidencia a preocupação com o engajamento dos conselheiros e a necessidade de fortalecer o sentimento de pertencimento ao Mosaico. As respostas ressaltam a importância de sensibilizar os membros sobre a relevância do território e das Áreas Protegidas, investir em estratégias de mobilização social e criar condições para participação efetiva, incluindo apoio logístico, diárias, transporte e hospedagem quando necessário. Há destaque para a necessidade de atrair novas lideranças, especialmente jovens, e promover capacitações periódicas para renovar energias e manter o conselho atualizado. A recomendação de garantir comunicação mais presente, clara e articulada aparece como peça-chave para manter todos conectados e informados.

O terceiro eixo refere-se à captação de recursos e fortalecimento institucional. Grande parte das recomendações aponta que fortalecer o Mosaico depende diretamente da busca ativa por recursos financeiros e humanos. Entre as sugestões, estão: criação de grupos de trabalho voltados exclusivamente à captação de recursos; estabelecimento de parcerias com prefeituras, órgãos públicos, ONGs e universidades; elaboração de projetos coletivos; e até mesmo a criação de uma associação com CNPJ próprio, ou de parceiros, para facilitar o recebimento de financiamentos. Também aparece como recomendação importante a ampliação do diálogo com instâncias federais, como o ICMBio, especialmente para discutir o uso de compensações ambientais e garantir que esses recursos cheguem ao Mosaico e às comunidades locais.

O último eixo — formação, comunicação e articulação externa — enfatiza a necessidade de investir em processos formativos, comunicação transparente e fortalecimento das parcerias externas. Recomenda-se promover oficinas sobre temas prioritários, como mudanças climáticas, incêndios, recuperação de áreas degradadas e gestão territorial; realizar intercâmbios e visitas técnicas para conhecer outras experiências; e ampliar ações de comunicação capazes de divulgar melhor o Mosaico, sensibilizar a sociedade e aproximar diferentes instituições. Outro ponto recorrente é a relevância de uma atuação mais integrada com o poder público municipal, estadual e federal, ampliando o alcance político do Mosaico e consolidando-o como plataforma permanente de diálogo entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais.

Em síntese, as recomendações convergem para a necessidade de uma gestão mais estruturada, participativa e profissional, que combine capacidade técnica, fortalecimento político e conexão contínua com os diversos atores do território. Os participantes enxergam que o avanço do Mosaico depende de recursos, engajamento e articulação, mas também de uma cultura de diálogo, aprendizagem coletiva e persistência — elementos centrais para consolidar um modelo de governança capaz de enfrentar desafios complexos e fortalecer a proteção das áreas protegidas.

4.5. Recomendações para à REMAP

A análise das sugestões dirigidas à Coordenação da REMAP para apoiar e fortalecer os Mosaicos revela um conjunto de recomendações consistentes, distribuídas principalmente em quatro grandes eixos: apoio financeiro e institucional, fortalecimento da governança e da gestão compartilhada, formação, capacitação e intercâmbio, e comunicação, visibilidade e articulação política. Esses eixos sintetizam de forma clara e objetiva as expectativas apresentadas pelos respondentes.

O primeiro eixo — apoio financeiro e institucional — é o mais recorrente e expressa a percepção de que a sustentabilidade dos Mosaicos depende de recursos contínuos e acessíveis. Sugere-se que a REMAP atue ativamente na articulação com o MMA e outras instâncias federais para garantir fontes de financiamento específicas para o funcionamento das Secretarias Executivas dos Mosaicos, reconhecidas como peça essencial na coordenação cotidiana das ações. Muitas respostas reforçam que o trabalho das secretarias precisa ser remunerado, valorizado e ter regras claras de execução e prestação de contas. Também aparecem sugestões de facilitação de editais menos burocráticos, apoio para criação de associações com CNPJ próprio, e busca de recursos que considerem realidades logísticas complexas — como no caso da Amazônia. A ideia central é que não é possível depender apenas de trabalho voluntário, e que o fortalecimento financeiro é condição básica para que os Mosaicos cumpram suas funções.

O segundo eixo diz respeito ao fortalecimento da governança e da gestão integrada. As sugestões incluem apoiar a criação de núcleos de gestão integrados entre ICMBio, estados e municípios; promover maior integração entre diferentes tipos de Unidades de Conservação; estimular fóruns de políticas públicas; e ajudar a formalizar e institucionalizar os Mosaicos. Há também recomendações para que a REMAP contribua com processos de monitoramento das ações e divulgação de resultados, reforçando transparência e efetividade. Outra demanda recorrente é o fortalecimento político dos Mosaicos, ampliando sua inserção em agendas nacionais e sua capacidade de influenciar instrumentos de gestão territorial, incluindo políticas relacionadas a clima, ODS, acordos internacionais e compensações ambientais.

O terceiro eixo — formação, capacitação e intercâmbio — destaca a importância de desenvolver habilidades, ampliar conhecimentos e fortalecer redes de aprendizagem. As respostas sugerem oficinas temáticas, capacitações para conselheiros, formação de lideranças jovens, encontros periódicos entre gestores e conselhos, e intercâmbios entre Mosaicos para compartilhar experiências de gestão. Há valorização explícita de formações sobre mudanças climáticas, manejo integrado do fogo, elaboração de projetos, gestão participativa e políticas públicas. Reforça-se que o aprendizado conjunto fortalece o engajamento e melhora a capacidade técnica dos atores envolvidos.

O quarto eixo enfatiza comunicação, visibilidade e articulação política. Recomenda-se que a REMAP apoie a construção de um plano de comunicação, produza materiais educativos, mantenha canais permanentes de informação e dê maior visibilidade à agenda dos Mosaicos no cenário nacional. Muitas respostas reforçam que a comunicação é fundamental para aproximar os Mosaicos entre si, para qualificar o diálogo com tomadores de decisão e para sensibilizar a sociedade sobre a relevância da gestão territorial em rede. Também aparece a demanda de promover maior articulação institucional entre Mosaicos, poder público e parceiros técnicos, criando uma base mais sólida para ações conjuntas.

Por fim, destaca-se que várias contribuições reforçam a importância de encontros presenciais — não necessariamente de grande porte, mas focados em formação, planejamento, diálogos estratégicos e fortalecimento das relações humanas. Segundo essas respostas, a REMAP tem papel essencial na criação desses espaços de encontro e reflexão, que são vistos como motores de unidade e inspiração.

De forma geral, as sugestões convergem para a necessidade de a REMAP assumir um papel articulador, facilitador e estruturante: garantir recursos, fortalecer governanças, promover formações e amplificar a comunicação. Essa atuação é vista como chave para consolidar uma rede nacional de Mosaicos mais forte, coesa, visível e capaz de enfrentar os desafios socioambientais crescentes dos territórios protegidos.

5. Considerações finais

A sistematização realizada, com base nas contribuições de presidentes, vice-presidentes, secretarias executivas e pontos focais dos mosaicos que compõem a REMAP, evidencia um panorama complexo, heterogêneo e, ao mesmo tempo, extremamente rico sobre a implementação dos Mosaicos de Áreas Protegidas no Brasil. Os dados analisados demonstram que a governança em mosaicos avança de forma desigual no território nacional: enquanto alguns mosaicos contam com conselhos ativos, agendas regulares, grupos de trabalho consolidados, secretarias executivas estruturadas e planejamento formalizado, outros ainda enfrentam desmobilização, ausência de recursos, lacunas normativas ou fragilidades históricas decorrentes de descontinuidade institucional.

A análise das estruturas de funcionamento revela que a presença de secretarias executivas, bem como o acesso a recursos financeiros — sejam eles provenientes de compensação ambiental, projetos específicos ou parcerias locais — é determinante para a continuidade e a efetividade da governança. Mosaicos com estrutura mínima de coordenação conseguem desenvolver pautas estratégicas, atualizar seus planejamentos, articular múltiplos atores e implementar ações concretas em seus territórios. Por outro lado, mosaicos sem suporte financeiro ou institucional tendem a enfrentar ciclos de paralisação, dependência de voluntariado e dificuldades para manter engajamento e continuidade administrativa.

Outro elemento central identificado é a necessidade de atualização das portarias de reconhecimento. Muitos mosaicos apresentam lacunas na delimitação territorial, ausência de novas unidades de conservação criadas após o reconhecimento, demanda por representação ampliada no conselho ou necessidade de alinhamento às novas dinâmicas territoriais, incluindo terras indígenas, quilombolas e outras áreas protegidas. A revisão das portarias aparece como passo fundamental para garantir legitimidade, coerência territorial e capacidade de governança.

No campo do planejamento, observa-se que a maior parte dos mosaicos trabalha com Planos de Ação ou modelos próprios de planejamento estratégico; contudo, muitos deles encontram-se desatualizados ou em processo de revisão. Ainda assim, os resultados acumulados ao longo dos anos — desde ações de proteção e manejo integrado, avanços em corredores ecológicos e governança comunitária, até iniciativas de turismo de base comunitária, pesquisa e incidência política — demonstram o potencial transformador dos mosaicos quando há condições mínimas de funcionamento.

As recomendações apontadas pelos participantes convergem em direção ao fortalecimento institucional da REMAP e dos mosaicos. Entre os principais pedidos, destacam-se: (1) a redução da burocracia para reedição de portarias; (2) a garantia de secretarias executivas remuneradas; (3) o fomento à estruturação e ao financiamento da governança; (4) o fortalecimento da comunicação, incluindo atualização do site e produção de materiais audiovisuais; (5) a ampliação de encontros, intercâmbios e metodologias específicas para planejamento; e (6) o apoio diferenciado a mosaicos com forte presença de povos indígenas e comunidades tradicionais.

De forma geral, os dados revelam que o fortalecimento dos mosaicos passa necessariamente por uma combinação de elementos: suporte contínuo da REMAP, articulação com o MMA e o ICMBio, estabilidade administrativa, recursos financeiros recorrentes, clareza normativa, participação social e valorização das redes territoriais.

Assim, este diagnóstico técnico não apenas expõe desafios, mas aponta caminhos concretos para consolidar os mosaicos como instrumentos essenciais de integração territorial, proteção socioambiental e fortalecimento comunitário. Seu conteúdo oferece subsídios fundamentais para orientar estratégias nacionais de apoio, aprimorar políticas públicas e impulsionar um novo ciclo de fortalecimento da governança dos Mosaicos de Áreas Protegidas no Brasil.

3. Anexo

Anexo 1. Mosaicos oficialmente reconhecidos no Brasil (em novembro de 2025).

N	Mosaico, Estado	Ano	Instância	Base Legal do Reconhecimento	Número de Áreas Protegidas	Área (ha)
1	Mosaico Lago de Tucuruí, PA	2002	Estadual	Lei Estadual nº 6.451 de 08/04/02	3 UC + 2 ZPVS	568.667,00
2	Mosaico Serras da Capivara e Confusão, PI	2005	Federal	Portaria MMA nº 76 de 11/03/05	2 UC + 1 Cor	1.500.000,00*
3	Mosaico Lagamar, SP/ PR	2006	Federal	Portaria MMA nº 150 de 08/03/06	34 UC	1.622.168,00
4	Mosaico Bocaina, SP/ RJ	2006	Federal	Portaria MMA nº 349 de 11/12/06	7 UC	250.000,00*
5	Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, RJ	2006	Federal	Portaria MMA nº 350 de 11/12/06	22 UC	295.723,00
6	Mosaico Serra da Mantiqueira, SP/ RJ/ MG	2006	Federal	Portaria MMA nº 351 de 11/12/06	17 UC	729.138,00
7	Mosaico Jureia-Itatins, SP	2006	Estadual	Lei Estadual nº 12.406 de 10/06/09	6 UC	110.898,00
8	Mosaico da Serra de São José, MG	2007	Estadual	Decreto Estadual nº 44.518 de 16/05/07	3 UC	4.758,00
9	Mosaico Jacupiranga, SP	2008	Estadual	Lei Estadual nº 12.810 de 21/01/08	14 UC	251.698,56
10	Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista, SP	2008	Estadual	Decreto Estadual nº 53.528 de 08/09/08	20 UC	1.138.067,69
11	Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, MG/ BA	2009	Federal	Portaria MMA nº 128 de 24/04/09	9 UC	1.783.799,00
12	Mosaico Apuí, AM	2010	Estadual	Decretos Estad. nº 24.806 de 29/01/05	9 UC	2.467.243,61
13	Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória, ES	2010	Estadual	Decreto Estadual nº 2.625 de 23/11/10	8 UC	450.000,00*
14	Mosaico da Serra do Espinhaço: Alto Jequitinhonha/ Serra do Cabral, MG	2010	Federal	Portaria MMA nº 444 de 26/11/10	10 UC	910.000,00*
15	Mosaico Mico-Leão-Dourado, RJ	2010	Federal	Portaria MMA nº 481 de 14/12/10	23 UC	209.127,15
16	Mosaico Baixo Rio Negro, AM	2010	Federal	Portaria MMA nº 483 de 14/12/10	12 UC	5.087.568,00
17	Mosaico da Foz do Rio Doce, ES	2010	Federal	Portaria MMA nº 489 de 17/12/10	7 UC	35.493,78
18	Mosaico Extremo Sul da Bahia, BA	2010	Federal	Portaria MMA nº 492 de 17/12/10	12 UC	307.000,00

N	Mosaico, Estado	Ano	Instância	Base Legal do Reconhecimento	Número de Áreas Protegidas	Área (ha)
19	Mosaico Carioca, RJ	2011	Federal	Portaria MMA nº 245 de 11/07/11	22 UC	30.263,00
20	Mosaico da Amazônia Meridional, AM/ RO/ MT	2011	Federal	Portaria MMA nº 332 de 02/08/11	40 UC	7.630.692,00
21	Mosaico do Paranapiacaba, SP	2012	Estadual	Decreto Estadual nº 58.148 de 21/06/12	5 UC	120.000,00*
22	Mosaico da Amazônia Oriental, AP/ PA	2013	Federal	Portaria MMA nº 4 de 03/01/13	6 UC e 3 TI	12.397.347,46
23	Mosaico do Jalapão	2016	Federal	Portaria MMA nº 434 de 30/09/16	9 UC	3.280.045,04
24	Mosaico da Serra do Espinhaço: Serra do Cipó, MG	2018	Federal	Portaria MMA nº 368 de 13/09/18	18 UC	2.700.000,00*
25	Mosaico do Cerrado Paulista, SP	2018	Estadual	Decreto Estadual nº 63.893 de 06/12/18	2 UC	4.035,00
26	Mosaico da Serra do Espinhaço: Quadrilátero Ferrífero, MG	2018	Federal	Portaria MMA nº 473 de 28/12/18	26 UC	3.700.000,00*
27	Mosaico do Baixo Rio Madeira	2025	Federal	Portaria MMA no. 1.331, de 20/02/25	6 UC + 2 TI	2.400.00,00*
28	Mosaico Gurupi	2025	Federal	Portaria GM/MMA no 1.443, de 18/07/25	1 UC + 6 TI	17.900.00,00*

* Valores estimados.

Anexo 3. Lista de entrevistados para a análise técnica sobre os mosaicos.

N	Nome completo do(a) entrevistado(a)	E-mail	Telefone	Instituição à qual está vinculado(a)
1	Aldeiza Iago	aldeiza.lago79@gmail.com	(97) 99161.9698	Sema AM
2	Alex Mendes Santos	alexambiente@gmail.com	(38) 99930.5944	ONG - Caminhos da Serra Ambiente Educação e Cidadania
3	Antonio Wilson Guajajara	associacaowirazu@gmail.com	(98) 98433.2664	Associação Indígena Comunitária Wirazu
4	Damiana de Sousa Campos	damiana@rosaesertao.org.br	(61) 99928.7007	Instituto Rosa e Sertão
5	Deborah Jane Lima de Castro	deborah.castro@icmbio.gov.br	(61) 99583.9649	Parna do Descobrimento - ICMBio
6	Ernesto Bastos Viveiros de Castro	ernesto.castro@icmbio.gov.br	(21) 97895.3062	ICMBio
7	Gisela Carvalho	gisela.carvalho@icmbio.gov.br	(22) 98125.0917	ICMBio
8	João Guilherme Nunes Cruz	joaoguilherme@ispn.org.br	(61) 99621.0313	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
9	Keylah Regina Borges	keylahborges@hotmail.com	(94) 99151.2114	Ideflor-Bio
10	Lígia Zanco de Gouvêa	ligia.zanco@gmail.com	(12) 99171.9584	Prefeitura Municipal de Caçapava - SP
11	Marcelo Barros de Andrade (MBA) e Marco Mangini Antonelli (MMA)	mosaico.carioca@gmail.com	MBA - (21) 98909.2057 e MMA - (21) 99124.5385	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC)
12	Marco Antonio Vaz de Lima	marcoavazdelima@gmail.com	(92) 99985.7386	SEMMASCLIMA de Manaus
13	Marcos Roberto Pinheiro	acariquara@gmail.com	(14) 98129.9705	REMAP
14	Maria Jasylene Pena de Abreu	jasyabreu.2012@gmail.com	(85) 98220.5806	Autônoma
15	Sylvia de Souza Chada	sylvia.chada@icmbio.gov.br	(21) 99904.1331	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
16	Thais Moreno Soares	morenosoaresthais@gmail.com	(21) 99935.0242	UFRJ
17	Decio Yokota	decio@institutoiepe.org.br	(11) 98166.0049	Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
18	Alexsander Araujo Azevedo	alex@biotropicos.org.br	(38) 99937.2418	Instituto Biotrópicos

Anexo 3. Lista de entrevistados para a análise de percepção sobre os mosaicos.

N	Nome completo do(a) entrevistado(a)	E-mail	Telefone	Instituição à qual está vinculado(a)
1	Alaildo Malafaia	alaildomalafaia543@gmail.com	(21) 98987.8515	Cooperativa Manguezal Fluminense
2	Aldeiza Lago	aldeiza.lago79@gmail.com	(97) 99161.9698	SEMA AM
3	Alexssandro Aguiar de Andrade	alexssandroaguiar37@gmail.com	(21) 98541.7285	Indígenas no mosaico
4	Ana Lucia Vasconcelos oliveira	analucivasconcelos98@gmail.com	(94) 99297.3778	Conselho gestor
5	Bernardo Furrer	bfurrerbr@gmail.com	(21) 99116.0692	APN
6	Carlos Cesar Durigan	ccduris@gmail.com	(92) 99116.2509	IPAM
7	Cintia Paulino Rodrigues	rodriguescintia512@gmail.com	(21) 97748.4326	Associação de pescadores e pescadoras de saracuruna e região
8	Clarice Bassi	claricebassi@gmail.com	(92) 98505.2072	SEMMA Novo Airão
9	Cleiuodson Lage	rppnriodobrasil@hotmail.com	(73) 98853.1085	RPPN Rio do Brasil
10	Daniel Pereira Araujo	danielcomunidades1234@gmail.com	(92) 98485.3269	Comunidade Bela Vista do Jaraqui- Rio Negro
11	Dayanne Ferreira dos Santos Sirqueira	dayanne.sirqueira@icmbio.gov.br	(38) 99858.4821	ICMBio
12	Débora Guimarães Takaki	debora.takaki@hotmail.com	(38) 99902.1205	Prefeitura de Januaria
13	Fabiano Lopez da Silva	fabiano@fva.org.br	(92) 98164.1768	Fundação Vitória Amazônica - FVA
14	Francisco Carlos Borges de Souza	pebafoppec123@gmail.com	(92) 99609.0821	FOPEC
15	Guilherme Fernandes da Silva	guilhermefsd@gmail.com	(31) 98716.5399	REMAP
16	István van Deursen Varga	istvan.varga@ufma.br	(98) 98143.6289	Universidade Federal do Maranhão
17	Jackelyn Thaywani Pereira Vieira	jackelyn.thaywani@gmail.com	(21) 99323.6859	CEUXCO
18	Junior Hiroyuki Ishihara	Jhi@ufpa.br	(91) 99186.8358	UFPA
19	Marcos Antônio Pinheiro Ferreira	marcos.ferreira@inema.ba.gov.br	(73) 98113.9666	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
20	Marcos Pinheiro	acariquara@gmail.com	(14) 98129.9705	REMAP
21	Marcus Machado Gomes	marcus.gomes@icmbio.gov.br	(21) 96948.6937	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
22	Maria Bernardete de Castro Montesano	bernagroecologia@yahoo.com.br	(21) 99639.2928	Rede Carioca de Agricultura Urbana
23	Maria Margarida Parente Galamba de Oliveira	associacaodefensoresdaterra@gmail.com	(21) 99311.9132	Defensores da Terra
24	Mariana Araujo	marianaxmattos@gmail.com	(38) 99977.8178	Escola da Unidade

N	Nome completo do(a) entrevistado(a)	E-mail	Telefone	Instituição à qual está vinculado(a)
25	Marianna Ferreira-Aulu	maribmf@gmail.com	(35) 850577.2103	Universidade de Turku, Finlândia.
26	Marlucia Bonifacio Martins	marlucia@museu-goeldi.br	(91) 98141.0336	Museu Goeldi/MCTI
27	Martina Rossato	oceanografia.smma@gmail.com	(73) 99196.7036	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal
28	Miguel Angelo Andrade	miguel.andrade.bio@gmail.com	(31) 98771.8878	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
29	Miqueias Santos de Souza	miqueias.agrarias@gmail.com	(92) 98462.5188	UNESCO Brasil
30	Nathalia Portero da Silva	nathalia.silva@icmbio.gov.br	(38) 99219.7307	ICMBio
31	Paulo Roberto Ferro	paulo.roberto@ipe.org.br	(14) 98157.9263	IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
32	Raiane de Melo Viana	raiane.viana@icmbio.gov.br	(61) 99893.3583	ICMBio
33	Romilson Barbosa Mota	cnsresexroraima@gmail.com	(92) 98512.8709	CNS- regional Roraima
34	Ronaldo Freitas Oliveira	ronaldo.oliveira@icmbio.gov.br	(73) 99131.3769	ICMBio
35	Silvia Jussara Duarte	silvia.duarte@meioambiente.mg.gov.br	(38) 99946.0734	Instituto Estadual de Florestas
36	Simeão Anhape Bezerra	simeaoanhape32@gmail.com	(92) 98441.5060	Comunidade Bela vista
37	Sueli Abad	mdps@mdps.org.br	(73) 99985.5022	MDPS Mov Defesa Preservação Sustentabilidade
38	Susy Rodrigues Simonetti	ssimonetti@uea.edu.br	(92) 99983.8803	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
39	Viceli Siqueira	vicelicosta15@gmail.com	(92) 98440.6127	ACS Rio Negro
40	Yane Alves de Araújo	yanealvesdearaujo27@gmail.com	(92) 99291.1915	ACS Rio Negro e Rede Sauim